

A ESCOLA PÚBLICA NA MIRA DA ECONOMIA-POLÍTICA LIBERAL-NEOLIBERAL

*Ehunirce Gomes de Oliveira Silva**

*Elenilce Gomes de Oliveira***

Introdução

No presente artigo, apontamos a maneira de as escolas públicas, particularmente, os professores que nelas atuam, tornaram-se alvo de dois expoentes da corrente político-econômica liberal-neoliberal. As análises sobre o pensamento de Adam Smith¹ relativo à educação, geralmente, se prendem ao objetivo anunciado pelo autor no volume 5 do livro *A Riqueza das Nações*, ou seja, identificar quem deve arcar com os custos da educação, ao passo que as abordagens sobre a exposição de Milton Friedman² convergem para a apresentação da sua proposta de cupons, que consiste na distribuição de cupons, por parte do governo, aos pais que não pudessem utilizá-los em escolas privadas (e até públicas!) a fim de pagar a educação dos filhos. Não pretendemos apresentar minuciosamente as propostas desses autores, pois os nossos esforços foram dirigidos no sentido de evidenciar a competição e a produtividade como categorias basilares da abordagem de Adam Smith e Milton Friedman sobre a escola pública.

* Especialista em Educação na Universidade Federal do Piauí; Professora na Rede Pública de Ensino Médio do Piauí.

** Doutora em Educação na Universidade Federal do Ceará – UFC; coordenadora do Laboratório de Estudos sobre o Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC. bolsista na FUNCAP.

¹ Smith nasceu em 1723 e morreu em 1790; tornou-se filósofo e economista; é considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico; defendeu a tese de que o egoísmo beneficia a todos. Viveu no auge da Revolução Industrial, uma época marcada pela consolidação do capitalismo sobre a sociedade feudal.

² Friedman nasceu em 1912, nos Estados Unidos. Opôs-se à tese de Keynes acerca do crescimento econômico por meio dos investimentos, defendendo a tese do monetarismo, ou seja, a economia dependia mais da oferta monetária e da taxa de juros e menos dos investimentos. Suas idéias ortodoxas renderam-lhe o prêmio Nobel de Economia, em 1976.

Adam Smith: Como Garantir que o Professor faça bem o seu Trabalho?

Em *A riqueza das Nações*, Smith acentua que a educação beneficia toda a sociedade, no sentido de que: "(...). Quanto mais instruído ele (o povo) for, tanto menos estará sujeito às ilusões do entusiasmo e da superstição que, entre nações ignorantes, muitas vezes dão origem às mais temíveis desordens (...)." (1983, p. 249). A educação, desse modo, é vista pelo aspecto da garantia de "civildade" travestida de sensatez, cautela, prudência, com a capacidade de dotar as pessoas de controle das reações emotivas, desenvolvendo a sua racionalidade. A formação de valores por meio dos estudos evita, portanto, que as pessoas se entreguem à vida desregrada, sem compromissos morais, nem preocupação com o seu país nem consigo mesmo.

Além do aspecto da formação de valores, Smith destacou a noção de que, nas sociedades modernas e industrializadas, o governo deve preocupar-se com a formação dos trabalhadores em virtude dos malefícios do embotamento da mente, provocado pela divisão do trabalho. A educação, segundo o autor, é útil à sociedade porque evita esse problema, pois não é saudável que a sociedade produza um homem "(...) mutilado e deformado em um ponto mais essencial do caráter da natureza humana." (1983, p. 248).

Considerando os aspectos da formação de valores e dos malefícios da divisão do trabalho para o trabalhador, Smith (1983) assinalou a necessidade do mínimo de educação para o povo, pois, sem isto, toda a sociedade estará afetada. Nas suas palavras:

Ainda que o Estado não aprofite nenhuma vantagem da instrução das camadas inferiores do povo, mesmo assim deveria procurar evitar que elas permaneçam totalmente sem instrução. Acontece, porém, que o Estado aprofite certa considerável vantagem da instrução do povo. Quanto mais instruído ele for, tanto menos estará sujeito às ilusões do entusiasmo, e da superstição que, entre

nações ignorantes, muitas vezes dão origem Às mais terríveis desordens. Além disso, um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso. As pessoas se sentem, cada qual, individualmente, mais respeitáveis e com maior possibilidade de ser respeitadas pelos seus legítimos superiores e, conseqüentemente, mais propensas a respeitar seus superiores (e são) menos suscetíveis de ser induzidas a qualquer oposição leviana e desnecessária Às medidas do Governo (...)" (p. 249).

Por estas razões, segundo Smith, a educação pode ser assumida pela sociedade em geral, mediante o uso dos impostos pagos:

A despesa das instituições para a educação (...) é igualmente sem dúvida para benefício de toda a sociedade, podendo sem injustiça ser paga pela contribuição geral. (1983, p. 469).

Apesar da contundência de Smith em relação à necessidade de o Estado oferecer educação, ressaltou, por outro lado, que o pagamento por parte de quem usufrui do serviço, não deve ser dispensado, pois estimula o professor a mostrar o melhor que pode fazer.

A produtividade³ dos trabalhadores constituiu uma das preocupações de Smith (1983). Em particular, referindo-se aos professores, considerou que deve ocorrer o pagamento direto por parte do aluno, inclusive nos casos em que compareçam recursos públicos. Isto porque o empenho profissional precisa de um elemento motivador, pois, se o trabalhador não tiver uma razão para fazer bem o seu trabalho, ele não o fará. Dessa maneira, conforme Smith, se os professores executam bem o seu trabalho em função das vantagens pecuniárias que recebem, com as dotações públicas concedidas às escolas, os professores se dedi-

³ A produtividade era um ponto importantíssimo na compreensão da origem da riqueza em Smith. A produtividade, ou seja, produzir em maior quantidade em uma escala de tempo cada vez menor era compreendida como sinônimo de prosperidade social.

cam menos ao cumprimento de suas atividades, pois sabem que receberão seus proventos, independentemente de fazerem bem ou não o seu trabalho.

No entendimento de Smith, a certeza de recebimento dos proventos – independentemente de dedicar-se ao trabalho ou não – resulta em negligência ou desinteresse pelo que o docente faz: “[...] se o professor fosse pago totalmente, ou mesmo principalmente, com o dinheiro do Estado, logo começaria a negligenciar seu trabalho.” (1983, p. 246).

É evidente em Smith a preocupação de que o professor não decline a produtividade do seu trabalho. Neste ponto, reside o seu argumento de que o Estado não deve arcar totalmente com os gastos da educação, exigindo-se complemento por parte do beneficiado.

Vale ressaltar que, além de destacar a formação de valores como função da educação e defender o estabelecimento da obrigatoriedade de um mínimo de educação formal para que a mente do trabalhador não entrasse em definhamento, Smith enfatizou ainda a necessidade do ensino de conhecimentos considerados úteis à nascente sociedade capitalista industrial. Nessa perspectiva, relutou contra o ensino academicista e excessivamente religioso, solicitando que a educação formal fosse retirada das instituições religiosas, arreadas das ciências modernas. É importante que se tenha em mira o fato de que essas propostas estão motivadas pela idéia de que a competitividade é o botão que aciona a produtividade, pois o objetivo maior era apresentar, em sua obra *A Riqueza das Nações*, os elementos que permitem a riqueza e a prosperidade social.

Friedman: Quem Deve Assumir os Gastos com a Educação?

No percurso das idéias smithianas, Friedman, no século XX, reconhece a necessidade de que algumas atividades sejam assumidas pelo governo, por serem consideradas extremamente onerosas. A educação escolar que se-

gue até o ensino secundário ou médio constitui atividade de efeito lateral, pois representa custo, cujo benefício atinge os integrantes da sociedade, sendo praticamente impossível identificá-los (1985).

No caso das crianças, Friedman considera razoável que o governo se responsabilize pela sua educação para garantir um "(...) mínimo de alfabetização e conhecimento por parte da maioria dos cidadãos e (...) aceitação de algum tipo de valores." (1985, p. 84). Por tal motivo, a educação de uma criança beneficia o conjunto social.

Friedman concorda com Smith sobre o benefício geral da educação e um mínimo de educação a ser exigido, sem que o governo esteja obrigado a oferecê-la. O Estado deve arcar com os custos somente quando os pais não tiverem condições financeiras para fazê-lo. Esses casos podem ser resolvidos por subsídios concedidos a essas famílias. Dessa maneira,

(...) os pais poderiam usar essa soma e qualquer outra adicional acrescentada por eles próprios na compra de serviços educacionais numa instituição 'aprovada' de sua escolha. (1985, p. 86).

Para Friedman, é inconveniente que o governo mantenha escolas públicas, porquanto, ao serem administradas pelo governo, requerem a inversão de recursos financeiros e "(...) coloca as outras escolas em posição de desvantagem: elas obtêm pouco ou nada dos fundos do governo para a instrução (...)". (1985, p. 87). O autor considera problemático e inadequado ao governo manter e gerir escolas, pois deve se centrar no papel de legislar e arbitrar, evitando o envolvimento com atividades que envolvem custo, cujo benefício não se pode identificar. (p. 39).

Desprezando a escola pública, Friedman destaca o fato de que a educação pode ser oferecida como um serviço qualquer a ser fiscalizado pelo governo:

(...). Os serviços educacionais poderiam ser fornecidos por empresas privadas operando com fins lucrativos ou por instituições sem finalidade lucrativa. O papel do governo estaria limitado a garantir que as escolas manti-

vessem padrões mínimos tais como a inclusão de um conteúdo mínimo comum em seus programas, da mesma forma que inspeciona presentemente os restaurantes para garantir a obediência a padrões sanitários mínimos. (...)." (1985, p. 86).

Friedman apresenta argumentos gerais – sem designar autores específicos – a favor e contra o fim da escola pública e, ao final, exhibe sugestão conciliatória: a coexistência de escolas públicas e privadas. Adiante, o autor se contradiz, ao mencionar que a escola pública fez bem o seu papel no início do século XX, quando os Estados Unidos receberam significativo número de emigrantes e era importante para o seu país “[...] não promover a diversidade, mas criar uma base de valores comuns e essenciais a uma sociedade estável.” (1985, p. 92).

Nesse contexto, segundo o autor, a escola pública contribuiu para a garantia dessa uniformização dos costumes e valores. Friedman adverte que a necessidade atual é outra e que a escola pública não é capaz de atender exatamente pela sua natureza pública:

Nosso problema atual não é garantir uniformidade, pois estamos, ao contrário, sendo ameaçados por excesso de conformidade. Nosso problema é promover a diversidade, e a solução alternativa seria capaz de alcançar tal objetivo de modo muito mais eficiente do que o sistema escolar nacionalizado. (1985, p.92).

A discussão principal de Friedman relativamente à educação, em seu livro *Capitalismo e Liberdade* não é a proposta de cupons para a educação – em que os pais recebem bônus para utilizarem em escola particular de sua escolha – mas, sim, a desnecessidade da gestão do governo nas escolas públicas e, portanto, a desnecessidade da escola pública. O autor não se estende, entretanto, neste particular, porque vai de encontro à sua concepção de liberdade de escolha.

Em *Liberdade de Escolher*, os autores Friedman & Friedman reafirmam que todos os serviços, incluindo a

educação formal, devem se organizar pela lógica da concorrência de mercado, pois

(...) quando se permite que ele (mercado) funcione, defende melhor o consumidor do que os mecanismos alternativos de governo que foram recentemente sobrepostos ao mercado. (p.220).

Em sua análise específica sobre os cupons, Friedman & Friedman (1979) advogam a liberdade de escolha dos pais em relação à escola dos seus filhos, argumentando que os pais que não dispõem de recursos estão em desvantagem em relação aos que podem arcar com altas mensalidades escolares, ao passo que aos pais menos abastados resta somente a escola pública.

Friedman & Friedman não asseveram que a escola pública seja ruim ou boa, nem é este o seu propósito, preferindo destacar as implicações negativas da estatização das escolas, tendo como referência os pais dos usuários. De qualquer forma, não conseguem disfarçar a sua aversão à escola pública, pois gerenciadas pelo governo e remetem ao modelo das sociedades socialistas onde prevalece a estatização. No seu entendimento, "A educação (formal) constitui (...) exemplo (...) do elemento comum às filosofias autoritárias e socialistas." (1979, p.157). Está clara, portanto, a rejeição a qualquer idéia de estatização, contra a qual empunham a arma da concorrência.

Em seus escritos sobre as escolas primárias e secundárias, não há preocupações em discutir as causas da boa ou má qualidade das escolas. Os autores tomam este aspecto como fato e propõem a solução ao problema apontado: estimular a concorrência por meio de cupons distribuídos pelo governo a todos os que têm seus filhos em idade escolar até o secundário ou ensino médio.

Essa distribuição de cupons permite aos pais escolherem a escola onde pretendem matricular os seus filhos – seja pública ou privada, uma vez que os pais mais abastados são prejudicados pois pagam duas vezes pela educação de seus filhos; uma por meio da tributação e outra

pelo pagamento das mensalidades escolares. Os pais menos abastados se limitam às escolas de determinada circunscrição geográfica e nem sempre dispõem de condições para morar em áreas nobres, a fim de usufruir da boa qualidade de escolas públicas, geralmente localizadas nessas áreas. Com o sistema de cupons, os pais desfrutam da liberdade de escolher e emitir sua opinião sobre os serviços prestados, agindo como consumidores, ou seja, simplesmente mudando para escolas que melhor lhes aprouverem.

Outro agravante da escola pública, segundo Friedman, é o seu quadro de professores, geralmente composto por profissionais medíocres, alimentados pela inexistência de competitividade. Do mesmo modo que Smith, Friedman considera que os docentes desempenham bem o seu trabalho, quando submetidos à necessidade de mostrar a sua capacidade produtiva. Os mestres dessas escolas não experimentam essa necessidade, porque livres do fantasma da competitividade e não recebem qualquer estímulo, pelo fato de que os seus salários estão garantidos e padronizados.

Friedman não escolhe palavras para garantir que a falta de mecanismos que tornem os salários diferenciados faz com que prevaleçam nas escolas públicas profissionais "medíocres, tímidos e fracos", porque se acostumaram ao sistema de salários, em que o mérito não é relevante.

Considerações Finais

Por que Adam Smith e Friedman não propõem a retirada da educação totalmente das mãos do governo? Será por que a função educativa não pode ser descuidada, ameaçando a estabilidade da sociedade? Ou será por que não haveria consumidores em condições de pagar as mensalidades escolares? Em relação a estas perguntas, afirmamos que Smith não pretende que o governo se retire completamente da educação pública porque acredita na competição como força capaz de incentivar os indivíduos à busca do aperfeiçoamento dos meios de trabalho. Smith assevera que o indivíduo é egoísta, por natureza e que essa ca-

racterística impulsiona a busca de satisfazer a si, beneficiando os demais. A competição constitui instrumento do egoísmo, levando o indivíduo a aperfeiçoar constantemente aquilo que faz. Ainda segundo Smith, para manter o compromisso com a sua missão de educar, as escolas precisam manter-se na ciranda da competição. Por outro lado, o governo não pode se descuidar das escolas e do pagamento dos professores porque é preciso garantir a estabilidade da sociedade. Smith viveu uma época em que a sociedade feudal ainda espalhava as suas cinzas, A nova sociedade proclamou o trabalho livre, desfazendo os laços feudais, implicando enorme afluxo de ex-servos para os burgos ou pequenas cidades, onde se multiplicavam roubos e mendicância. A pobreza era resultante, segundo Smith, da embriaguez, vadiagem, desinteresse pela honra e desprezo pelo trabalho. A educação formal constitui a saída tal situação. Os mestres e alunos, entretanto, não demonstravam dedicação às suas atividades. Smith destacou a competitividade como condição necessária para que os mestres não declinassem de suas atribuições de ensinar.

Como defensor da ortodoxia liberal-neoliberal, Friedman critica o controle estatal e exalta a competitividade. No contexto em que a educação formal se torna fonte de negócio, solicita espaço para a concorrência entre todas as escolas, sejam públicas ou privadas. Considerando, entretanto, que nem todos podem pagar mensalidades escolares, propõe que o Estado assuma alguns gastos, pelo menos em parte, no ensino fundamental. Dessa maneira, retoma, implicitamente, a preocupação de Smith com a oferta da educação, a fim de nivelar certos valores a benefício do funcionamento da sociedade capitalista. Assim como Smith, exalta a produtividade e, em se tratando da educação, a manutenção do interesse do professor.

A diferença entre os autores mencionados se encontra, portanto, nas estratégias indicadas, pois Smith atribui ao Estado o papel de arcar diretamente, pelo menos em parte, a educação da população pobre, ao passo que Friedman remete ao indivíduo o manuseio do recurso

disponibilizado pelo Estado, na forma de cupons, fetichizando a relação entre os pais e escola, que busca adaptar-se às solicitações destes.

A lógica que preside o pensamento de Friedman, bem como de Smith, é de que a competitividade entre os trabalhadores determina a sua produtividade. Dessa maneira, ainda segundo Friedman e Smith, embora algumas atividades sejam havidas como essenciais para o funcionamento da sociedade – como é a educação – o governo não a pode prover integralmente porque inibe a produtividade do trabalho. A concorrência, pois, é tratada como elemento de regulação do mercado e esses autores incluem a educação nesta ciranda. Daí a rejeição a que o professor tenha seus proventos pagos somente pelo governo e que existam somente escolas públicas.

A categoria da competição está, portanto, na base do pensamento econômico liberal e neoliberal, expressando-se, notadamente, nos escritos de Smith e Friedman. Desta maneira, não se pode esperar a defesa da escola pública por parte de intelectuais vinculados a esse ideário.

Referências Bibliográficas

FRIEDMAN, Milton & FRIEDMAN, Rose. *Liberdade de escolher*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

FRIEDMAN, Milton. 2. ed. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causa da riqueza das nações*. v. 5. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PERGAMUM
BCCE/UFC